

CONTINUAR UNIDOS, FORTALECER A MOBILIZAÇÃO

Depois do primeiro dia de greve, com uma adesão de 60% da categoria, os professores mostraram-se dispostos a continuar a lutar pelos seus direitos. O segundo dia de paralisação manteve o mesmo espírito de luta e mostrou que os professores estão unidos pelo cumprimento da lei 4.075/07, que garante reajuste salarial de 15.31%. A falta de proposta do governo leva educadores e educadoras para um único caminho: a manutenção da greve.

O segundo dia de greve foi marcado por duas reuniões significativas. O secretário de Educação, José Valente, nem sequer compareceu à audiência de conciliação na Procuradoria Regional do Trabalho. Na segunda reunião o governador recebeu representantes da socie-

dade civil e só depois dessa intermediação foi marcada uma negociação com o Sinpro nesta quarta-feira, às 14h.

Esperamos que a reunião de logo mais seja produtiva e represente um avanço, mas diante da falta de proposta, do descaso e da truculência de um governo que insiste em substituir os professores efetivos por contratos temporários, o que, diga-se de passagem, é ilegal, entendemos que a greve tem que continuar.

Vamos continuar firmes e mobilizados. A lei está do nosso lado. O fortalecimento da greve, com a união dos professores, nos levará à vitória. Nunca recebemos nada de mãos beijadas. Todas as nossas conquistas vieram após muita luta. É esse histórico que devemos manter para conquistar o respeito que merecemos.

AGENDA

- **15/04 ÀS 14h** – Negociação na Secretaria de Planejamento e Gestão – Palácio do Buriti – 6º andar
- **16/04 ÀS 14h30** – Audiência de conciliação na Procuradoria Regional do Trabalho – 513 Norte

PROPOSTAS DO COMANDO DE GREVE

- Manutenção da greve por tempo indeterminado
- **16/04 – ÀS 8h30** – Assembleias regionais no mesmo local das anteriores
- **17/04 – ÀS 9h30** – Assembleia geral no Mané Garrincha

GDF DESRESPEITA PROFESSOR E FOGUE DE AUDIÊNCIA NA JUSTIÇA

A Procuradoria Regional do Trabalho convocou o Sindicato dos Professores e o Governo do Distrito Federal para uma Audiência de Conciliação na tarde desta terça-feira, 13. Mostrando completo descaso com os professores e com o processo de resolução da greve, José Valente, secretário de Educação do GDF, simplesmente não compareceu. Mandou em seu lugar advogados sem qualquer poder de decisão.

Por conta dessa absoluta falta de respeito, uma nova audiência foi marcada para a tarde de quinta-feira, 16. Adélio Justino Lucas, procurador do Trabalho que mediou a reunião, informou que o não comparecimento do secretário de Educação na próxima reunião configuraria crime de desobediência, o que, no entendimento do Comando de Greve, pode até resultar na prisão de Valente.

De acordo com o Procurador, o

argumento colocado pelos advogados do GDF, que relacionaram o fim da greve ao cumprimento da lei de congelamento de salários dos servidores, levaria a paralisação a continuar por pelo menos mais 90 dias. Isso porque, segundo a lei criada pelo GDF, a 4.316 (antigo PL 1.180), só depois de uma análise da conjuntura econômica feita por uma comissão dali a 90 dias, o governo veria se tinha caixa para pagar o reajuste dos professores.

O procurador Adélio Lucas reforçou durante a audiência que o GDF não pode cortar o ponto dos professores, porque essa não pode ser uma decisão unilateral, mas sim uma definição tomada no processo de negociação pelas partes implicadas. Defendeu ainda a ilegalidade da substituição de professores em greve por contratos temporários.

A Comissão de Negociação do Sinpro avaliou como positiva a Audiência

de Conciliação. Foi mais uma prova de que a Justiça quer ajudar a resolver a greve em bases estritamente legais. E a categoria está realizando a paralisação completamente dentro da lei e amparada por ela. O procurador estimulou ainda a negociação, da qual o GDF vem fugindo, o que foi comprovado com a ausência de José Valente na mesa de reunião.

A Justiça já havia dado a primeira vitória para os professores na última segunda-feira, 13. Nesse dia, o Tribunal de Justiça do DF indeferiu uma ação do GDF pedindo a ilegalidade da greve. Em decisão liminar, o desembargador Fernando Habibe, do TJDF, considerou legal a paralisação da categoria. O governo baseou seu pedido na argumentação de que o artigo 32 do nosso Plano de Carreira seria inconstitucional, mas a Justiça não concordou com essa argumentação.

PRESSÃO DA SOCIEDADE OBRIGA GOVERNO A ABRIR NEGOCIAÇÃO

Uma semana depois de decretada a greve, os professores ainda esperam uma proposta do GDF para debater com a categoria em Assembléia Geral. Somente depois de pressionado por um Fórum da sociedade civil, o governador Arruda decidiu abrir negociação com a categoria. A reunião foi marcada para a tarde desta quarta-feira, 15, às 14 horas. A Comissão de Negociação do Sinpro espera que dessa vez, ao contrário

do último e frustrante encontro, o governo respeite a categoria e apresente uma proposta concreta.

Houve apenas uma rodada de negociação, acontecida na segunda-feira, 6 de abril, próximo à decretação da greve. Nessa reunião, o governador Arruda confirmou o calote e o desrespeito à lei, pedindo paciência para os professores, alegando, mais uma vez, a crise econômica mundial. Em função da falta de compromisso com

os professores e a lei, que determina o reajuste de 15,31%, a categoria entrou em greve por tempo indeterminado.

A rodada de negociação marcada para hoje foi possível após a intermediação de entidades organizadas como a CUT, OAB, UnB e CNTE, entre outras, e de parlamentares, que criaram um fórum para cobrar mais comprometimento do GDF com relação ao movimento grevista.

Durante o encontro,

Arruda foi cobrado com relação a uma proposta concreta para os professores, já que até então nenhum índice de reajuste salarial foi apresentado pelo governo para negociação. A CUT, que estimulou e promoveu a reunião, pediu mais seriedade no trato da questão, já que a tendência da greve é continuar sem que haja uma proposta do governo. Após esse encontro o GDF chamou o Sinpro para negociar nesta quarta-feira.